

PARTIDOS LIBERTADORES NA ÁFRICA AUSTRAL

REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE

Zefanias Matsimbe

INTRODUÇÃO

Moçambique é um dos países da África Austral que conquistaram a independência pela força das armas, à semelhança de Angola, Zimbabwe e Namíbia. A luta armada de libertação nacional nestes países foi liderada por movimentos internos de libertação, que a seguir à independência se transformaram em partidos políticos. São conhecidos como «partidos libertadores». A literatura sugere que, no que diz respeito ao controlo e exercício do poder e condução dos destinos dos novos Estados, os partidos libertadores exibiram, ou ainda exibem, atitudes e comportamentos pouco diferentes dos dos países que alcançaram a independência através de negociações pacíficas com os seus colonizadores.

Entretanto, existem algumas características comuns que definem todos os partidos libertadores dos países na região, senão mesmo de grande parte dos Estados do continente. A primeira é que todos os Estados independentes apresentam uma forte herança institucional colonial, incluindo a sua estrutura governamental. Praticamente, a nova liderança dos Estados independentes reproduziu as instituições, políticas e *modus operandi* coloniais, o que levou a que muito rapidamente os novos Estados se assemelhassem ao antigo regime colonial contra o qual os libertadores lutaram.

A segunda característica comum é que, com a exceção de Botswana, Namíbia e África do Sul, os partidos libertadores da região optaram pela eliminação de todas as formas de pluralismo político e pela adopção de regimes de partido único. A Namíbia e a África do Sul ganharam a sua independência num momento histórico em que os partidos únicos caíam em descrédito em África e no resto do mundo, daí que as suas independências tenham sido seguidas de uma abertura ao multipartidarismo.

A terceira característica tem que ver com a longevidade dos libertadores no poder. Com pequenas excepções, os partidos libertadores mantiveram-se, ou ainda se mantêm, no poder por décadas a seguir à independência. A introdução da democracia e das eleições multipartidárias na década de 1990 não foi ainda suficiente para produzir alternâncias significativas, principalmente

no controlo do poder central do Estado. Mesmo no Botswana, considerada uma das democracias mais antigas e estáveis do continente, o BDP (Partido Democrático do Botswana), o partido libertador, continua no poder desde a sua independência em 1966. Contudo, há que reconhecer que, a nível do poder subnacional, a última década tem sido caracterizada por alguma alternância política, com os partidos da oposição a ganhar algum espaço, o que representa uma certa erosão da hegemonia dos partidos libertadores. Em Moçambique, a passagem de três importantes municípios (Beira, Nampula e Quelimane) para o controlo da oposição é um claro sinal de erosão da hegemonia do partido libertador, tal como aconteceu com o ANC (Congresso Nacional Africano) nas eleições locais de 2016 na África do Sul. De referir também que, embora mantenha ainda a maioria absoluta na Assembleia da República, a Frelimo sofreu uma queda de votação de 75% nas eleições gerais de 2009 para 57% nas eleições gerais de 2014.

A quarta característica comum é que, mesmo com a abertura ao multipartidarismo, os partidos libertadores se tornaram partidos dominantes. O fácil acesso à administração e aos recursos do Estado, o controlo das forças de segurança do Estado, o monopólio dos *media* públicos associados ao neopatrimonialismo permitiram-lhes maior controlo social e o seu fortalecimento, e o «afogamento» dos restantes actores políticos e agentes da sociedade civil.

A quinta e última característica é que, influenciados pelo idealismo ancorado na doutrina socialista de alta modernização e desenvolvimento, os «líderes visionários» dos partidos libertadores levantaram enormes expectativas, euforia e optimismo populares para o progresso nacional, com as suas promessas de acabar com os desafios económicos e políticos atribuídos ao imperialismo colonial. Havia enormes expectativas de melhoria das condições de vida traduzidas em melhor habitação, transporte, educação, água e saneamento, saúde, etc. Contudo, com o tempo, as expectativas goraram em desilusão das massas pelos contínuos elevados níveis de pobreza, desemprego e desigualdades, associados ao clientelismo, nepotismo e corrupção. Certamente que não se deve ignorar a influência dos factores externos resultantes da conjuntura internacional para o descalabro dos projectos desenvolvimentistas dos partidos libertadores. No caso de Moçambique, um dos factores externos para o fracasso das políticas desenvolvimentistas tem sido a agressão externa dos regimes minoritários da África do Sul e da Rodésia de então.

Este artigo, numa perspectiva regional mas sem pretensão de abordagem comparativa, discute alguns dos desafios que se impõem nos países da região, mas com enfoque em Moçambique, país que ganhou a sua independência do colonialismo português em 1975, através de uma luta armada conduzida por um movimento de libertação nacional, a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), depois transformado em partido político de índole marxista-leninista, em 1977, e que continua no poder até hoje.

LIBERTADORES DE «PELE NEGRA E MÁSCARA BRANCA»

Os partidos libertadores e nacionalistas tomaram o poder com ambiciosos planos desenvolvimentistas, o que significa que, para além da conquista do poder, havia também a necessidade de dar outro formato aos novos Estados independentes (Dorman, 2006); contudo, eles acabaram por importar, de forma intacta, importantes práticas, rotinas e mentalidades da ideologia do Estado colonial (Young, 2004), aspectos contra os quais haviam lutado, como é o caso do uso da violência, o autoritarismo, a exclusão, a exploração do homem pelo homem, a ideia de existência de cidadãos de primeira e de segunda (os anti-sociais), a continuidade da existência de um inimigo interno (o anti-revolucionário), de entre outros. Os libertadores ocuparam-se mais em reproduzir o passado colonial do que em constituir uma alternativa viável (Melber, 2002), o que Fanon descreveu no seu livro *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2001).

No âmbito dos novos Estados, o direito inquestionável de governar dos colonialistas europeus pela superioridade racial e civilizacional foi substituído pelo poder de uma nova classe nacionalista, mas guiada pelos mesmos modelos europeus de liderança, governação e ideias de desenvolvimento. Os partidos de vanguarda tinham a missão de serem os faróis do povo, que lhes devia obediência sem questionamento. No Moçambique revolucionário, no âmbito da justiça revolucionária, assistimos à aprovação da Lei 5/83 de 1 de Abril de 1983 (Lei das Chicotadas) com penas mais severas, através de tortura corporal e pena de morte para alguns crimes ou conduta que fosse contra o projecto nacional. Cidadãos condenados por roubo, furto, violação sexual, contrabando ou especulação de preços de produtos alimentares foram chicoteados ou fuzilados em público, o que Samora chamou «justiça revolucionária».

Para os partidos libertadores, os novos líderes deviam ser aqueles com a melhor compreensão da língua e modelos culturais ocidentais, com domínio da língua formal e de processos de administração pública do colonizador (Ajayi, 1982). Isto significa que as elites tradicionais deviam ser marginalizadas do processo de governação por se considerarem obstáculos à modernização (Van Wyk, 2007). Embora com algumas iniciativas de africanização e nacionalização, muitos dos novos Estados continuaram a recorrer à legislação e códigos legais do período colonial.

Uma consequência directa desta importação de modelos coloniais de governação é que os cidadãos se viram ainda sujeitos à exclusão do domínio público. A única diferença é que enquanto o colonialismo exigia obediência, os novos dirigentes exigiam afecto (Young, 2004). Portanto, a nova elite na liderança dos Estados independentes exibia pele negra, mas agia debaixo de uma máscara branca, como referia Fanon (2001).

Na visão de Young (2004), países que alcançaram a independência através de luta armada observaram um elevado nível de ruptura com o Estado colonial. Que dizer de Moçambique em relação à herança colonial? A realidade parece mostrar que, apesar de uma transição através de

uma luta armada e de mobilização das massas para o escangalhamento do aparelho colonial, a seguir à independência, para criar o poder do povo, grande parte dos elementos do *modus operandi* do Estado colonial caracterizaram o projecto nacionalista e desenvolvimentista do libertador.

O banimento das igrejas, como reflexo do secularismo maoísta, teve um impacto insignificante. A herança da língua e cultura portuguesas foi um marco extremamente importante. Nos anos que se seguiram à independência, a proibição do uso das línguas nacionais e de todas as formas de manifestação cultural significou uma continuidade da ideologia colonial. Ademais, os novos líderes escolhidos para conduzir os destinos da revolução não foram procurados entre os africanos com melhor compreensão dos hábitos culturais africanos, mas sim entre intelectuais com conhecimento europeizado, com domínio da língua portuguesa, o que pressupunha uma clara exclusão dos menos escolarizados e baseados nas tradições africanas.

O maciço êxodo de funcionários públicos coloniais não foi suficiente para impedir a herança da cultura burocrática e institucional colonial. Um aspecto crucial é a herança da legislação. Por exemplo, só em 2014 o Parlamento moçambicano mudou o código penal vigente desde o tempo colonial, mas, mesmo assim, o código processual espera aprovação, o que significa que os juristas dificilmente poderão usar o novo código penal (Hanlon, 2017).

A retórica anti-imperialista foi dominante durante a pós-independência. A Frelimo lutou contra todas as formas de discriminação, contra o divisionismo, contra a personificação de cidadãos em cidadãos da primeira e sujeitos, cidadãos de segunda ou indígenas, etc. Contudo, logo a seguir à independência, a elite da Frelimo recuperou exactamente aquilo contra o que lutou.

A política divisiva dicotómica de *Nós* e *Eles* que separava os sujeitos dos agentes no período colonial foi decalcada. Os *Outros* foram substituídos por todos os que se mostravam contra os ideais da revolução, os apelidados *xiconhocas* ou inimigos internos, reaccionários, boateiros, candongueiros, obscurantistas, preguiçosos, etc. Esta divisão foi tomando diferentes formatos ao longo do tempo, tendo os *Outros* sido representados pelos bandidos armados, lacaios, fantoches do imperialismo, inimigos do Estado e do povo. Hoje, os *Outros* incluem todos os que alegadamente não deixam a Frelimo cumprir a sua missão histórica de servir o «glorioso povo moçambicano», os que atrasam a chegada do prometido futuro melhor do povo, os que se opõem à elite predadora dos recursos do Estado e contra a nova burguesia aliada ao partido libertador.

Enquanto esta divisão dicotómica persistir, a ideia de unidade nacional que a Frelimo procura alavancar não passará de uma ideia, mais do que realidade. Unidade nacional é mais do que a unidade na diversidade de todos os grupos étnicos e regiões. A distinção continua entre os moçambicanos com direito de participação e os excluídos no gozo da liberdade conquistada. Enquanto esta realidade prevalecer, a ideia largamente veiculada pela Frelimo de um Moçambique total e completamente independente poderá ser questionada.

É neste contexto que os libertadores se comprometeram a edificar os sonhos da revolução de desenvolvimento de Moçambique, tornando-se os cidadãos necessários e importantes apenas para participar nas marchas, nas reuniões, para aplaudir ou dançar para os dignitários e participar em pleitos eleitorais.

PARTIDOS DE SONHOS TORNADOS PESADELO

A tomada triunfal do poder pelos partidos libertadores foi caracterizada por ambiciosas promessas desenvolvimentistas, com iniciativas de empreendedorismo estatal para acabar com o legado colonial de subdesenvolvimento. Nos primeiros anos de independência foi notório o esforço dos novos governos para estabelecer empreendimentos fabris ou industriais de vários tipos para uma rápida modernização da economia, o que criou expectativas de melhorias de condições de vida que serviram de força mobilizadora das massas para aderir ao projecto nacionalista e legitimar os novos governos (Ajayi, 1982; Young, 2004). Nkrumah, um dos grandes líderes visionários e nacionalistas da época, é citado a prometer tornar Gana um paraíso em dez anos a seguir à independência (Young, 2004). O sonho de melhoria de condições dos seus povos foi mais forte nos países que abraçaram a doutrina socialista, que viam na modernização das suas economias o propulsor do desenvolvimento.

Com o tempo, estas expectativas e este optimismo dos planos de desenvolvimento tornaram-se uma desilusão. Uma das razões do falhanço do projecto progressista, na perspectiva de Ajayi (1982), é que a nova liderança dos Estados independentes tinha uma ideia muito clara sobre o que queriam eliminar, nomeadamente o jugo imperialista, a discriminação e exploração do homem pelo homem, mas faltava uma ideia sobre o tipo de sociedade a criar. Tinham apenas uma ideia bastante vaga de uma sociedade baseada nos conceitos de europeização e modernização.

A década de 1980 constituiu o ponto mais alto da crise dos libertadores com o fracasso do empreendedorismo agrícola e industrial do Estado, o que levou à escassez de produtos alimentares e à fome. Certamente que factores externos contribuíram para este fracasso, como a cessação do compromisso de apoio a África pelo regime soviético (Young, 2004). Portanto, tal como no período colonial, os novos Estados continuam dependentes do Ocidente industrializado até hoje (Ajayi, 1982).

Em Moçambique, a proclamação da independência nacional levantou enormes expectativas e aspirações populares para a melhoria das condições de vida através de uma melhor redistribuição dos recursos económicos antes reservados a uma minoria colonial. Empreendimentos coloniais foram nacionalizados, e o idealismo de uma agricultura mecanizada e a industrialização estatal dominaram o espírito da modernização do novo Estado.

O optimismo revolucionário que caracterizou os primeiros anos de independência e o populismo da liderança da Frelimo guiada pelo marxismo e pela figura carismática do Presidente Samora Machel galvanizaram ainda mais a euforia e as expectativas das massas para um Moçambique melhor. Contudo, a euforia popular rapidamente se degradou e as expectativas foram substituídas por um descontentamento provocado pelo descalabro da economia. Certamente que o «descalabro» da economia moçambicana, a partir dos anos 1980, não é da exclusiva responsabilidade da Frelimo. Factores externos, como a guerra civil e as sucessivas calamidades naturais, também tiveram a sua influência. Passados 45 anos da independência, apesar das altas taxas de crescimento que atingiram quase o dobro ou mesmo triplo da média para a África Subsaariana (Castel-Branco, 2015), o futuro melhor ainda está por vir para a maioria dos moçambicanos. A incidência da pobreza manteve-se praticamente inalterável no período de 2003-2009, de 54,1% para 54,7% (Boom, 2011). Os dados de 2015 indicam uma modesta descida dos níveis de pobreza para 46,1%, principalmente nas áreas rurais (Javier & Pedro, 2016). Uma das importantes expectativas que se seguiram à independência é o fim de todas as formas de opressão, gozo de liberdades civis e também o respeito integral pelos direitos humanos. Contudo, a realidade mostrou que os libertadores, antigas vítimas de opressão colonial, passaram a agentes de opressão (Melber, 2009) contra o povo pelo qual lutaram, cimentando a ideia de que em África a autoridade só pode ser exercida com recurso à força coerciva (Van Wyk, 2007).

Em Moçambique, não são poucos os relatos de uso de meios opressivos, da violência revolucionária, principalmente nos primeiros anos de independência, sob a égide da revolução marxista, no combate aos contra-revolucionários para a Frelimo se impor, bloquear ou silenciar as vozes críticas, algumas delas emergentes de entre os que haviam participado directamente ou apoiado a luta de libertação nacional. Os campos de reeducação foram, por excelência, um espaço de opressão e de lavagem cerebral para a formação do «homem novo». Houve mesmo algumas execuções sumárias daqueles que se opunham ao poder do dia, ou aos ideais do marxismo. A repressão física passou da palmatória e do chicote coloniais para o chamboco. A instituição repressiva colonial por excelência, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado-Direcção-Geral de Segurança (PIDE-DGS), foi substituída pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (Snasp, depois SISE – Serviço de Informações e Segurança do Estado). Há que enfatizar que a repressão não foi apenas herança da máquina repressiva colonial, mas também da luta armada de libertação nacional. Sem ignorar o papel da estratégia de contra-revolução da Rodésia do Sul e da África do Sul, a emergência da Renamo também está directamente associada a este sentimento de descontentamento.

A abertura política dos anos 1990 e constantes apelos nacionais e internacionais para o respeito pelos direitos humanos reduziu os níveis de opressão, principalmente nas zonas urbanas, mas é um fenómeno que está longe de acabar totalmente. As manifestações populares dos que

se opõem ao regime do dia, em alguns casos, têm sido violentamente reprimidas pelas forças de defesa e segurança, em alguns casos sem aparente justificação. As manifestações populares de 2008 e 2010 contra o custo de vida terminaram em violência e mortes. Os relatórios de direitos humanos têm trazido vários episódios de uso sistemático de uma máquina opressiva pelo Governo. A Frelimo praticamente reproduziu e continua a reproduzir o sistema contra o qual lutou.

O imperativo imposto aos partidos libertadores de criação de um Estado e nação novos só seria possível com o monopólio do poder num único partido e com toda a autoridade centralizada numa única figura (Dorman, 2006; Young, 2004). A proeminência de figuras como Kwame Nkrumah, Patrice Lumumba, Julius Nyerere, Kenneth Kaunda e Samora Machel resulta deste processo, génese do autoritarismo. Fanon (2001) já antevia os perigos de as novas lideranças dos Estados independentes se tornarem autoritárias, principalmente em Estados cuja independência resultou de uma luta armada de libertação, como é o caso de Moçambique. Em Moçambique, a emergência do autoritarismo talvez seja mais resultado de uma dupla herança do que exactamente do desafio da criação um Estado novo. Vejamos, a juventude que empunhou armas para libertar o País, e que depois formou a nova elite pós-independência, nasceu e cresceu sob domínio de um poder colonial autoritário. Portanto, os libertadores herdaram valores autoritários do colonialismo português, que a longo prazo influenciaram a sua concepção sobre o exercício do poder para influenciar, controlar e dominar o povo, através do uso da violência revolucionária e de outras formas de coacção social.

A segunda herança provém da luta armada. Na luta armada de libertação, a cultura e a disciplina de resistência tornaram-se estratégias de sobrevivência dos movimentos de libertação (Melber, 2011a). Estes movimentos transportam estas atitudes depois de transformados em partidos políticos na liderança dos destinos dos seus Estados independentes. No caso de Moçambique, a Frelimo estava ciente de que a vitória contra a dominação colonial portuguesa não seria tarefa fácil sem o recurso a estratégias autoritárias que envolvessem violência. A muito conhecida frase de Samora Machel de que «o poder não se conquista, arranca-se» é reflexo desta socialização.

A experiência da luta armada sobre como a política deve ser feita e como o poder deve ser exercido ficou profunda e permanentemente enraizada nas mentes e atitudes dos jovens libertadores. O povo libertado, o centro da revolução, devia obediência ao partido de vanguarda e deveria adaptar-se a toda uma disciplina e cultura militares usadas durante a luta de libertação. Amiúde, a revolução foi acompanhada pelo que Melber (2011a) chamou «violência revolucionária» para forçar a emancipação popular e como meio de purificação para a criação do «homem novo». Hoje em dia, a longevidade do partido Frelimo no poder levou-o a adoptar características de um partido dominante e com imposições autoritárias mesmo ao nível do Parlamento, onde usa a maioria para impor a ditadura de voto.

As palavras de conceituado escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa proferidas num evento público reflectem a noção do autoritarismo vivido no País quando disse:

Nestes mais de 40 anos de independência, sofremos de uma fobia castrante: o medo de desafiar a doutrina oficial, o discurso do dia. Aos que se especializam em fóbias, chamam a esta heresofobia (MediaFax, 6293: 6).

PARTIDOS LIBERTADORES E APROPRIAÇÃO DA HISTÓRIA

Uma das características comuns dos libertadores é a sua permanência no poder por longos anos e a relutância em deixá-lo (Van Wyk, 2007). Os libertadores comungam a ideia de que os seus países nunca podem ser governados por outro partido que não ostente credenciais de libertador (Dorman, 2006), para dizer que eles próprios gozam de um direito quase natural de eternamente governarem a terra que libertaram. A consequência mais directa desta concepção é que os partidos libertadores se desdobram em estratégias e mecanismos para a manutenção da sua hegemonia e do controlo do poder do Estado.

Em Moçambique, os discursos da liderança da Frelimo deixam transparecer esta ideia de que o País só pode ser governado pela Frelimo, porque ela é que o libertou. Um proeminente fundador da Frelimo, em pleno tempo de vigência do sistema democrático, foi citado a dizer que a Frelimo governaria o País por mais 50 anos, o que revela que nem o poder do voto pode retirar ao libertador o seu «direito natural» de liderar os destinos da terra que libertou. Ficou quase um mito que a Frelimo é que libertou o povo e é este mesmo povo que lhe confere a legitimidade para manter o controlo do Estado moçambicano. A linguagem exclusivista dos libertadores ganha maior relevo quando sentem o seu poder desafiado pelos seus opositores (Dorman, 2006).

Os libertadores usam um manancial de pressupostos históricos para credenciar a sua manutenção e monopólio do poder. Um deles é que durante a vigência do monopartidarismo os partidos libertadores, partidos de vanguarda, se assumiram não apenas como representantes do povo mas como encarnação do mesmo: o partido era o povo. Esta concepção sobreviveu às transformações políticas com o tempo. Se o partido é o povo, passar o controlo do Estado para outra força política seria um autêntico «golpe» ao povo. Por isso, usam todos os meios à sua disposição, incluindo os recursos e forças de segurança do Estado, o monopólio dos meios de comunicação públicos e, se necessário, a violência, para a preservação deste poder (Young, 2004).

O uso de narrativas históricas para exaltar a heroicidade dos combatentes de libertação, vivos e mortos, é uma das estratégias que o partido libertador tem usado para a sua manutenção no

poder. Esta estratégia é muito comum e utilizada noutros Estados da região, principalmente no Zimbabwe, onde praticamente os combatentes de libertação detêm o controlo do poder político e económico. Mesmo em Moçambique, o prestígio dispensado à figura do antigo combatente, aquele que participou na luta de libertação nacional, funciona como estratégia de exclusão dos que não participaram na luta de libertação no acesso aos recursos do Estado. «Camarada» tornou-se um conceito de peso. Voltando ao exemplo do Zimbabwe, vimos que a usurpação da terra dos farmeiros brancos, no âmbito da reforma da terra dos anos 2000, beneficiou mais aos antigos combatentes e as suas famílias do que os restantes cidadãos zimbabwianos. Em Moçambique, embora numa escala mais reduzida, verificamos que os antigos combatentes têm ganho visibilidade no seu envolvimento na exploração dos recursos naturais, principalmente na mineração, resultando no que Castel-Branco (2015) chamou «bolha económica» ou padrão de crescimento económico baseado numa acumulação insustentável. O prestígio dado aos antigos combatentes tende a multiplicar-se nas novas gerações, em que os filhos, netos e bisnetos dos valentes combatentes devem poder colher os frutos da participação dos seus parentes na luta de libertação, através do acesso fácil aos vários serviços do Estado, incluindo o acesso ao ensino superior.

Um outro desafio que caracteriza os libertadores é a usurpação da história dos novos Estados. Na senda da mistificação dos libertadores verificamos que em Moçambique quase todas as datas históricas, que se tornam feriados nacionais, estão ligadas aos feitos do partido libertador. O dia dos heróis moçambicanos é celebrado à volta do homem que formou a Frelimo através da unificação de três movimentos que aspiravam à mesma causa: a independência nacional. O Dia da Mulher Moçambicana é a data da morte de uma combatente da libertação. A 4 de Março de 2017, o Destacamento Feminino, uma organização feminina surgida durante a luta armada, celebrou os seus 50 anos de existência. Esta celebração foi um grande motivo para se tomar o acontecimento como de âmbito nacional. Foi bastante publicitado, com um comício com direito a transmissão em directo nos canais televisivos e radiofónicos do Estado. As ruas e os grandes empreendimentos do Estado ostentam nomes de heróis da luta de libertação. A história dos 16 anos de guerra civil praticamente não é divulgada.

O feriado do 4 de Outubro, dia da assinatura dos Acordos de Roma para pôr fim aos 16 anos de guerra civil, tem sido mais atribuído aos feitos da Frelimo, mesmo sabendo-se que o acordo foi assinado pelas duas partes, a Renamo e o Governo. O signatário dos acordos de Roma, Joaquim Chissano, é enaltecido como o obreiro da paz, não acontecendo o mesmo com a sua contraparte, Afonso Dhlakama. Actualmente, o Presidente Filipe Nyusi tem sido enaltecido pelo esforço e pela entrega para o restabelecimento da paz, mas pouco se fala da outra parte, o que transmite uma clara percepção de que apenas uma parte se entrega à busca da paz.

A relutância à mudança dos símbolos nacionais, mais concretamente da bandeira nacional e do escudo, pode estar ligada a esta exaltação dos libertadores.

A arma, exibida nos dois símbolos nacionais, poderá ter um significado patriótico, mas ao mesmo tempo cimenta a memória colectiva de que este País nasceu a ferro e fogo, numa história em que o libertador ganha relevo. O próprio hino nacional, «Viva, viva a Frelimo», só foi formalmente substituído quase dez anos depois da introdução do multipartidarismo, mas os «vivas» ao partido libertador continuam. Nuvunga (2013) testemunhou que a celebração dos eventos políticos do Estado é sempre iniciada com repetidos «vivas» à Frelimo e a apresentação das estruturas da Frelimo, uma inequívoca forma de invocar uma memória colectiva à volta do libertador.

Os partidos libertadores comungam a ideia de que incarnam a história do País, ou como Melber (2009) referiu, assumem serem o alfa e ómega da história dos seus países. Para isso, procuram a todo o custo descredibilizar todas as forças que queiram constituir possíveis alternativas, atribuindo-lhes conotações negativas. O mesmo tipo de visão «mugabeana» de que o Movimento para a Mudança Democrática (MDC) personifica os lacaios imperialistas ocidentais também existe no seio da Frelimo em relação às forças políticas que procuram constituir alternativa ao poder. Por muito tempo, a Renamo foi vista como uma força manipulada pelos interesses do Governo da minoria branca de Ian Smith, na Rodésia, e depois os do *apartheid* na África do Sul.

A semelhança ou comunhão de interesses entre as lideranças destes partidos libertadores leva a que estes desenvolvam mecanismos informais de protecção mútua, através do que Melber (2011) apelidou «clubes dos ditadores», em que partidos libertadores como a Frelimo, a South West Africa People's Organization (SWAPO) da Namíbia, o Congresso Nacional Africano (ANC) da África do Sul e a União Nacional Africana (ZANU-PF) do Zimbabwe funcionam como protectores uns dos outros. Melber (2011) afirma ainda que este clube desempenhou um papel crucial para ajudar a ZANU-PF a permanecer no poder depois de alegadamente ter perdido as eleições gerais de 2008 a favor do MDC e de ter de seguida proposto a formação de um governo da unidade nacional, como forma de manter o controlo do país e impedir que «forças estranhas» se apropriassem das suas conquistas.

HERANÇA ANTIDEMOCRÁTICA E INTOLERÂNCIA POLÍTICA

A África possui uma história muito limitada de independência acompanhada de democratização. O duplo imperativo de criação de Estados e nações novos só podia ser possível com a centralização do poder e o estabelecimento de um monopólio político, em que a existência de um único partido era fundamental (Young, 2004). Mesmo em países onde se ensaiou a descolonização acompanhada de democratização, as novas lideranças guiaram-se continuamente por padrões de comportamento e estrita estrutura de comando herdados do colonialismo

e/ou da luta armada de libertação. Os libertadores, os antigos oprimidos, tornaram-se péssimos democratas (Melber, 2002).

A maioria dos países introduziu a democracia como resultado das pressões impostas pela conjuntura internacional (Salih, 2007). Como resultado, os preceitos democráticos foram adotados sem a devida internalização e cometimento, tornando-se o que Young (2004) chamou «democracias virtuais ou semidemocracias». Estes países vivem um conflito entre as normas liberais e a herança colonial e de luta armada (Dorman, 2006).

Moçambique é um dos países em que o libertador herdou um vazio em termos democráticos. Este vazio foi também reforçado pela experiência da luta armada caracterizada pela estrutura bastante hierarquizada e autoritária que inibia a iniciação democrática. A Frelimo gastava muita energia a controlar e disciplinar os combatentes para garantir a sua conformidade com os ideais do movimento. Talvez esta seja a razão do seu sucesso na luta armada, mas esta dureza e rigidez continuaram a influenciar o estilo de governação do libertador e as suas relações com a população.

Nos anos 1990, Moçambique abriu-se ao multipartidarismo, resultado da mudança na conjuntura política internacional e também como uma das condições impostas pela Renamo para o fim do conflito armado dos 16 anos. Desde então, o País tem realizado pleitos eleitorais regulares que têm resultado na consolidação do partido libertador, principalmente ao nível central, até ao ponto de assumir características de partido dominante. Porém, as eleições regulares até agora realizadas não têm sido acompanhadas de uma sólida institucionalização do que Melber (2002) chamou «moçambicanização» dos valores, normas e regras democráticas.

Numa outra reflexão, Meneses (2015b) fala da liberalização política não acompanhada pela democratização das instituições políticas e das regras do jogo político.

Esta realidade resulta na emergência de sucessivas crises políticas no País, devido, em parte, à erosão dos valores democráticos. As mudanças constitucionais não têm sido acompanhadas de observância de certos princípios democráticos básicos, daí que, acrescido às crises políticas, também se note o agudizar das desigualdades e injustiças sociais no País. Moçambique vive uma democracia eleitoral, mas continua a ser praticamente governado em moldes do partido único.

Um outro desafio para Moçambique é a dificuldade do libertador em abraçar a ideia de compromisso e alcançar consensos em prol do bem comum dos cidadãos, dois elementos extremamente importantes na construção de uma democracia.

Sem querer inocentar a Renamo, o permanente conflito, de alta e baixa intensidade, entre os dois está ligado à dificuldade de alcançar consensos. O Acordo Geral de Paz foi assinado depois de mais de dois anos de negociações. As negociações para o restabelecimento da paz, depois do reatar do conflito armado no centro do País em 2013, chegaram a alcançar mais de cem rondas, mas mesmo assim sem se alcançar um consenso definitivo.

Um outro importante desafio é que os partidos libertadores sofrem do que Melber (2002) chamou uma das «doenças crônicas» da África pós-colonial, a intolerância. Os partidos libertadores continuam intolerantes à diversidade de opinião crítica, principalmente quando esta é expressa publicamente. No caso de Moçambique, o silenciamento de vozes contrárias vem desde a luta armada, em que muitos combatentes foram fuzilados ou desapareceram inexplicavelmente por expressar ideias contrárias às da liderança na luta. Depois da independência, pessoas com ideais diferentes foram mandadas para os campos de reeducação ou fuziladas. A Constituição de 1990, e as suas sucessivas revisões, abriu formalmente espaço para a emergência de formas de expressão e debate de ideias e opiniões diferentes. Contudo, em Moçambique ainda prevalecem importantes desafios que inibem a consolidação da democracia. Como disse Ungulani Ba Ka Khosa, «a carta-mãe deu-nos tudo para sermos felizes, mas a heresofobia toldou-nos a mente, arregimentou-nos ao já dito, à cartilha matricial da nação» (MediaFax, 6293). Num outro comentário na imprensa, um conceituado jornalista, Fernando Lima, rematou que, não obstante a democracia e o multipartidarismo, a liberdade de expressão continuava a ser um desafio (MediaFax, 6295).

A intolerância dos partidos libertadores manifesta-se também através da instalação de uma cultura de medo, intimidação e silenciamento dos oponentes. A partir de 2013, Moçambique tem assistido a uma onda de raptos e assassinios dos membros ou apoiantes da oposição. Existem relatos de existência de valas comuns na região centro do País. Em 2016, foram descobertos corpos de homens e mulheres com sinais de tortura, na fronteira entre Manica e Sofala (*Expresso da Tarde*, 4133). Académicos com opiniões desfavoráveis ao libertador também não escapam, numa clara demonstração de que «quem não está connosco está contra nós» (Dorman, 2006; Melber, 2002; Meneses, 2015b). Estes assassinios têm sido atribuídos aos «esquadrões da morte», alegadamente comandados pelo partido libertador.

A actuação dos «esquadrões da morte», perseguição, tortura, detenções arbitrárias, destruição de bens e assassinio de cidadãos que expressam os pontos de vista diferentes dos do libertador mereceu a atenção do relatório da Amnistia Internacional de 2016, tendo esta organização traçado um quadro sombrio no que toca à violação dos direitos humanos no País. O relatório também denuncia o uso, pelo partido libertador, das forças de defesa e segurança do País para perseguir populações civis que se identificam com a oposição, bem como a presença desproporcional de forças de segurança armada em marchas pacíficas autorizadas. O relatório também denunciou outros tipos de manifestação de intolerância caracterizados pela limitada liberdade de opinião e expressão e a limitada liberdade de reunião, em que organizações da sociedade civil muitas vezes viram negados os seus pedidos de autorização para marchas pacíficas.

Segundo Van Wyk (2007), a África tem abraçado o desafio da crescente militarização da política e do endurecimento dos regimes, principalmente pelos partidos libertadores, para responder

à ameaça de desestabilização causada pelas frequentes greves e manifestações contra os governos no poder. Moçambique não constitui excepção. No último mandato do Presidente Armando Guebuza, assistimos a uma excessiva militarização do País através de elevados investimentos em material bélico, uma demonstração inequívoca de intimidação, intolerância e uma atitude antidemocrática do poder.

O que estará por detrás desta intolerância dos libertadores? Melber (2011a) avança uma série de hipóteses que se aplicam à realidade moçambicana. A primeira é que os partidos libertadores continuam a acreditar na missão histórica de que são a voz das massas e de que eles continuam e continuarão a deter o monopólio do projecto social, económico e político dos países libertados. Acreditam ainda que ceder o poder a uma outra força política seria o mesmo que permitir um contra-ataque das forças coloniais contra as quais sacrificaram as suas vidas. Por essa razão, estão dispostos a usar todos os meios ao seu dispor para defender o seu povo, nem que isso viole princípios e valores democráticos, ou mesmo ignore a vontade popular expressa nas urnas. Esta é a curiosa contradição eleitoralista que estes partidos advogam, baseada na preocupação pela emancipação dos cidadãos não no sentido genuíno de participação democrática, mas apenas para legitimar os seus interesses. Em Moçambique, desde as primeiras eleições multipartidárias abundam relatos de uso de todo o tipo de recursos do Estado pelo incumbente para garantir suas vitórias eleitorais.

A segunda hipótese é que os partidos libertadores assumem que ainda continuam a ser a melhor opção política para a maioria da sua população, o que pressupõe que nem que o povo mostre inclinação para uma alternativa política, os partidos devem simplesmente ignorá-lo. As eleições gerais de 2008 no Zimbabwe têm sido usadas como exemplo de como um regime pode continuar no poder, mesmo depois de perder as eleições. Em Moçambique não são poucos os casos de acusações de fraude eleitoral, sendo a mais conhecida referente às eleições gerais de 1999, em que correntes defendiam que se a Renamo não ganhou foi por força de fraude. Na última década, os partidos libertadores têm visto a sua supremacia eleitoral ameaçada pela oposição. Em Moçambique, este fenómeno verifica-se nas eleições autárquicas. Ciente do seu poder local, a Renamo defende a eleição dos governadores provinciais, com o argumento da valorização do voto local. Contudo, os libertadores rejeitam a ideia comumente defendida por investigadores de que a emergência e o fortalecimento das forças da oposição resultam do fracasso do desempenho dos partidos libertadores, que se assumem sempre fortes e poderosos. Terceiro, os partidos nacionalistas preferem refugiar-se na desconfiança das motivações e na seriedade das novas gerações (Van Wyk, 2007). Desde o Zimbabwe até à Namíbia, há a ideia cimentada pelos libertadores de que entregar o poder nas mãos dos opositores, ou das novas gerações, é devolver o poder ao antigo colonizador. A oposição é sempre interpretada como laçao do colonialismo, traidores, espíões (Dorman, 2006). Na mesma senda, um governante angolano em visita ao partido-irmão em Moçambique foi citado a aconselhar a união entre a

Frelimo e o MPLA, para evitar que os «malandros» tomem o poder, uma referência à oposição dos dois países. Na tentativa de afastar a Frelimo destas declarações, o presidente da Frelimo usou um tom conciliador, dizendo que os membros do seu partido deviam aprender a ser tolerantes, a ouvir ideias e opiniões contrárias, a resolver os problemas com base no diálogo, na paz e na harmonia (Frelimo, s.d.).

Quarto, os partidos libertadores cimentam a ideia de que não podem deixar o poder sob o risco de deixar o país à deriva, uma vez que só eles são o garante da estabilidade política do país que libertaram. Contudo, a realidade no terreno refuta esta designação de oposição como elemento desestabilizador. No caso de Moçambique, Brito (2013) argumenta que a ruptura de consenso com a Renamo e a redefinição unilateral pela Frelimo das regras de jogo da descentralização quando viu o seu poder ameaçado a seguir às primeiras eleições gerais não só minaram o processo de democratização mas também a exclusão da Renamo ameaçou e continua a ameaçar a estabilidade política do País, com registos de violência que hoje escalou para níveis de conflito armado. Ainda de acordo com Brito (2013), é esta situação que obriga a Renamo a recorrer à lógica da guerra para capitalizar a sua força e obrigar o Governo, através de negociações, a ceder-lhe alguns ganhos. Portanto, os libertadores podem ser elementos de instabilidade.

A Frelimo, partido organizado que é, tem sabido usar as suas narrativas para convencer as massas de que é a única força capaz de garantir a manutenção da estabilidade política e económica do País. Numa investigação sobre comportamento eleitoral em Maxixe, foi notório o quanto os cidadãos locais, usando metáforas, justificaram a sua escolha eleitoral por a Frelimo ser o único que pode governar Moçambique. Para muitos, a Frelimo era a única escolha, porque tal como um filho não pode abandonar os seus progenitores, eles também, em nenhum momento, cortariam a ligação com o seu libertador (Matsimbe, 2017). Isto representa o que Young (2004) interpretou como sendo a paternização do poder do Estado, em que os governos assumem uma relação com os cidadãos igual à relação entre pais e filhos. A propaganda eleitoral do libertador de que «a Frelimo é que fez, a Frelimo é que faz!» parece ter dominado o consciente dos eleitores de Maxixe, e não só.

NEOPATRIMONIALISMO, CORRUPÇÃO E ELITE PREDADORA

A antevisão fanoniana para o perigo de usurpação dos Estados descolonizados africanos pelos seus respectivos libertadores tornou-se muito rapidamente realidade em grande parte dos novos Estados independentes, incluindo Moçambique. Para além da violência e do autoritarismo, a necessidade de manutenção do poder pelos libertadores levou a que recorressem ao clientelismo, à corrupção e ao uso indevido de recursos do Estado (Van Wyk, 2007; Young, 2004),

sacrificando assim os direitos da maioria em favor dos privilégios de uma minoria (Melber, 2011a), uma clara distorção das virtudes e do moral, a um ponto irreversível da erosão do seu legado histórico (Karodia, 2014).

Nos primeiros anos de independência, Samora Machel parece ter lido e entendido a advertência de Fanon, a avaliar pela sua ofensiva política e económica para desencorajar o abuso do poder e dos recursos do Estado. Não há indicações de que Machel tenha tido muitos seguidores, daí que logo a seguir à sua morte estes apelos também tenham ficado órfãos. O Estado passou a ser a principal fonte de acumulação.

Os libertadores de Moçambique foram invadidos por uma mentalidade neopatrimonialista caracterizada pelo assalto pela liderança do partido libertador aos recursos do Estado para premiar os que se mostrassem leais ao partido. Esta situação levou a que indivíduos procurassem mostrar uma lealdade cega à Frelimo ou aos líderes do partido, muitas vezes pisando os princípios da justiça, para merecerem confiança. Os dois mandatos do Presidente Guebuza foram muito férteis neste tipo de comportamentos associados ao culto da personalidade, a que alguns chamaram «lambobotismo». Fenómeno interessante é a mentalidade e as práticas neopatrimonialistas estenderem-se aos partidos da oposição em Moçambique, principalmente à Renamo e ao MDM, o que torna complexa a sua explicação.

O grande desafio para Moçambique é a ainda persistente falta de clareza na separação entre o partido libertador e o Estado, mais de 20 anos depois da introdução de nova legislação tendente a acabar com o Partido-Estado. O Presidente Armando Guebuza reactivou as células do partido nas instituições públicas. Na prática, o Estado continua a subordinar-se aos interesses políticos e económicos da Frelimo, uma situação que o libertador não parece ter interesse em acabar. Uma outra justificação para este desinteresse na separação resume-se no facto de as organizações de massas da Frelimo serem o conteúdo material e simbólico do Estado (Nuvunga, 2013); ou seja, a Frelimo recorre às suas organizações partidárias, principalmente à Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e à Organização da Juventude Moçambicana (OJM), para mobilizar as massas para eventos do Estado, algo que o Estado em si não teria capacidade suficiente para fazer.

Um outro grande desafio tem que ver com os fracos mecanismos de prestação de contas entre o judicial, executivo e legislativo. Em Moçambique, a nova constituição multipartidária vinca a necessidade de separação dos três poderes, mas a prática mostra o contrário. O partido libertador ainda continua no controlo das três esferas de poder. O facto de a Frelimo possuir uma maioria parlamentar absoluta leva a que a prestação de contas seja feita apenas entre elites do mesmo partido, o que logo se mostra pouco produtivo. Uma efectiva separação de poderes teria provavelmente evitado os grandes escândalos de dívidas ocultas da Ematum (850 milhões USD), a MAM (535 milhões USD) e a ProIndicus (622 milhões USD), contraídas pelo Governo sem autorização parlamentar, e que levaram os doadores a cortar o seu apoio ao

Orçamento do Estado e a revisões em baixa do *rating* moçambicano pelas agências de *rating* internacionais, a Moodys, a S&P e a Fitch. Por causa desta falta de separação parece não haver grande interesse no esclarecimento destas dívidas, embora uma empresa de consultoria (Kroll) tenha sido contratada para fazer uma auditoria. Os sucessivos adiamentos da entrega do relatório da Kroll terão sido, até certo ponto, interferências políticas, embora a Procuradoria-Geral da República tenha negado isto, no seu informe anual de 2017 à Assembleia da República.

Um outro importante desafio é que o partido libertador continua a ser o principal ponto de entrada para acesso aos recursos do Estado, incluindo o acesso, a retenção e a promoção no emprego (Ajayi, 1982). Em Moçambique, o Estado é o maior empregador, o que leva milhares de cidadãos a mostrar lealdade partidária para garantir a sua sobrevivência. Os funcionários e agentes do Estado preocupam-se mais em agradar às elites partidárias do que em servir bem o cidadão. São inúmeros, a nível nacional, os relatos de que os sete milhões, um fundo criado pelo Presidente Guebuza para o desenvolvimento local, apenas beneficiam membros do partido governamental.

Em Moçambique, os tentáculos do poder do partido libertador estendem-se ao sector produtivo da economia. Um agente económico que queira prosperar ou exercer as suas actividades com poucas perturbações precisa de estar ligado a um membro influente do partido. As figuras do partido libertador são o ponto de entrada para investimentos estrangeiros das multinacionais, em esquemas pouco transparentes. Não é menos verdade que os resultados eleitorais re-tumbantes podem estar ligados a estas vassalagens às estruturas partidárias. Nos últimos anos, tem sido a própria elite partidária a lançar-se na exploração dos recursos minerais (gás natural, petróleo e outros recursos) para benefício próprio.

A corrupção tornou-se uma das doenças endémicas dos Estados independentes (Young, 2004; Dorman, 2006). Em Moçambique, a corrupção ganhou proporções alarmantes e preocupantes, o que foi oficialmente reconhecido pela Procuradoria-Geral da República, no seu informe anual de 2017. Escândalos de nível internacional envolvendo líderes partidários ou mesmo membros do Governo têm sido reportados a nível da imprensa nacional ou estrangeira, como, por exemplo, os casos de corrupção na compra de aviões da LAM (Linhas Aéreas de Moçambique), empresas de governantes que ganham concursos públicos para servir o Estado, etc. Este é apenas um exemplo, de entre tantos. São raras as figuras da elite que já se sentaram no tribunal para responder por corrupção, o que significa existir um certo proteccionismo partidário.

O actual Presidente Nyusi parece desdobrar-se em iniciativas para restituir a credibilidade do partido libertador, como as visitas de estilo samoriano às instituições governamentais, a *Operação Tronco* para atacar a corrupção no sector madeireiro, o ataque verbal frontal e público do que considera gente desonesta, principalmente os mutuários, que se recusam a devolver os montantes atribuídos no âmbito do fundo dos sete milhões, mas resta ver quais as suas probabilidades de sucesso, uma vez que o mal está bastante enraizado.

CONCLUSÃO

Que os partidos libertadores desempenharam um papel importante na libertação dos seus países ninguém duvida. A independência política trouxe alguma garantia de soberania e poder de autogovernar. Existem também esforços visíveis de servir o povo libertado em áreas de saúde, educação, água e saneamento, etc. Contudo, os países independentes continuam com um imperativo para se desenvolverem através de uma apropriada gestão dos recursos públicos. O artigo mostra que, tal como muitos países africanos, Moçambique continua a enfrentar importantes desafios para a sua total libertação. O primeiro rol de desafios está ligado ao facto de, volvidos mais de 40 anos de independência, o partido libertador ainda apresentar um *modus operandi* muito semelhante ao do antigo colonizador, uma clara reprodução do sistema contra o qual lutou durante dez anos. O desafio é agravado pela forte crença que a Frelimo nutre e dissemina de que continua a ser a única força com legitimidade para governar o país que libertou. A crença de que a Frelimo possui a legitimidade natural para governar Moçambique conduz a um segundo importante desafio, que é a apropriação do poder do Estado para servir os interesses partidários de modo a preservar este poder. Associa-se a esta tendência o uso de métodos antidemocráticos para a manutenção do poder, nomeadamente a prática de intolerância contra os opositores, ignorando o simples facto de que não há nenhuma organização capaz de representar os interesses de toda a sociedade. Durante os períodos eleitorais, partidos da oposição são impedidos de fazer campanha em alguns círculos eleitorais, como em Gaza e partes de Tete.

Estes desafios colocam os cidadãos com o sentimento de presença permanente de um perigo. Dada esta desilusão, existirá uma alternativa fora da própria Frelimo? Infelizmente, a oposição não parece ainda uma alternativa viável, dada a sua limitada capacidade organizacional e visão sobre o futuro do País. Nos seus discursos parece transparecer que o seu objectivo não é conquistar o poder das mãos do libertador mas sim aumentar a fasquia no seu acesso aos recursos do Estado. Portanto, o que resta, e o mais provável, é que alternativa saia do seio da própria Frelimo através de uma possível cisão ou transformação interna para reverter o cenário de descredibilidade.

REFERÊNCIAS

- Ajayi, J. A. (1982). Expectations of independence. *Daedalus*, 111 (2), 1-9.
- Boom, B. V. (2011). *Análise da Pobreza em Moçambique: Situação da Pobreza dos Agregados Familiares, Malnutrição Infantil e Outros Indicadores 1997, 2003, 2009*. Maputo.
- Braathen, E., & Orre, A. (2001). Can a patrimonial democracy survive? The case of Mozambique. *Forum for Development Studies*, 28(2), 199-239.
- Brito, L. (2013). Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*, 39-54. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. N. (2015). Desafios da sustentabilidade do crescimento económico – uma bolha económica em Moçambique? *Desafios para Moçambique 2015*, 157-199. Maputo: IESE.
- Dorman, S. R. (2006). Post-liberation politics in Africa: Examining the political legacy of struggle. *Third World Quarterly*, 27(6), 1085-1101.
- Expresso da Tarde* (2017). N.º 4133
- Fanon, Frantz Fanon (2001 [1961]). *The Wretched of the Earth*. Harmondsworth: Penguin.
- FLAD África (s.d.) Situação político-partidária. Disponível em:
http://accessafrica.flad.pt/caract_institucional/situacao-politico-partidaria-5/
(consultado a 19 de Abril de 2017).
- Frelimo (s.d.) Nyusi apela aos «camaradas» a saberem ouvir ideias contrárias. Disponível em:
<http://www.frelimo.org.mz/frelimo/index.php/actualidade/noticias/item/1146-nyusi-apela-aos-camaradas-a-saberem-ouvir-ideias-contrarias>.
- Halon, Joseph (ed.) (2017). *Mozambique News Reports & Clippings*, 369.
- Jackson, R. H. & Rosberg, C. G. (1982). Why Africa's weak states persist: The empirical and the juridical in statehood. *World politics*, 35(01), 1-24.
- Javier, E. B., Pedro, O. (2016). *Accelerating Poverty Reduction in Mozambique: Challenges and Opportunities*. Washington, D.C.: Banco Mundial. Disponível em:
<http://documents.worldbank.org/curated/en/383501481706241435/Accelerating-poverty-reduction-in-Mozambique-challenges-and-opportunities>).
- Karodia, A. M., Soni, P. & Thomas, S. (2014). Poor leadership and conservatism within South Africa's body politic: illusions of power perpetuated by the ruling party. *Canadian Open Management Journal*, 1(1), 1-17.
- Khosa, Ungulani Ba Ka (2017). O direito de pensar diferente e o medo de desafiar a doutrina oficial. MediaFAX, 6293, 6, Maputo.
- Matsimbe, Z. (2017). *Voting Behaviour in Mozambique: A Study of Maxixe District*. PhD Thesis. University of Pretoria.

- MediaFax (2017). N.º 6293.
- MediaFax, (2017). N.º 6295.
- Melber, H. (2002). From liberation movements to governments: on political culture in Southern Africa. *African Sociological Review*, 6(1).
- Melber, H. (2009). Southern African liberation movements as governments and the limits to liberation. *Review of African Political Economy*, 36(121), 451-459.
- Melber, H. (2010). The legacy of anti-colonial struggles in Southern Africa: Liberation movements as governments. Paper presented to the Conference on Election Processes, Liberation Movements and Democratic Change in Africa Organized by IESE and CMI Maputo, 8-11 de Abril de 2010.
- Melber, H. (2011a). Liberation movements as governments in Southern Africa – on the limits to emancipation. *Strategic Review for Southern Africa*, 33(1), 78.
- Melber, H. (2011b). Beyond settler colonialism is not yet emancipation: on the limits to liberation in Southern Africa. *Social History*, 39, 81-91.
- Meneses, M. P. (2015a). Memórias de violências: que futuro para o passado?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 3-08.
- Meneses, M. P. (2015b). Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, 9-52.
- Mhanda, W. (2005). The struggle for Zimbabwe: contesting the meaning of liberation. *Harold Wolpe Lecture Series*. Disponível em: http://www.wolpetrust.org.za/dialogue2005/PNO92005Mhanda_paper.pdf (consultado a 20 Janeiro 2017).
- Mohamed Salih, M. A. (2007). African liberation movement governments and democracy. *Democratisation*, 14(4), 669-685.
- Nuvunga, A. (2013). Políticas de eleições em Moçambique: as experiências de Angóche e Nioadala. In L. de Brito, C. N. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha, A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*, 39-54. Maputo: IESE.
- Sachikonye, L. (2009). Between authoritarianism and democratization: the challenges of a transition process in Zimbabwe. *Occasional Paper*, 2. Institute for Development Studies.
- Van Wyk, J. A. (2007). Political leaders in Africa: presidents, patrons or profiteers? *ACCORD Occasional Paper*, 2(1), 1-38.
- Yeats, W. B. (2002). From liberation movements to governments: on political culture in Southern Africa. *African Sociological Review*, 6(1).
- Young, C. (2004). The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing African political dynamics. *African Affairs*, 103(410), 23-49.